

DECRETO Nº 12.934, DE 23 DE JANEIRO DE 2001.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 6.344, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2000, QUE ESTABELECE DIRETRIZES E INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO FAUVEL AMARY, Prefeito do Município de Sorocaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.344, de 05 de dezembro de 2000, estabelece diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico do Município, dando continuidade à ações anteriormente implementadas; e

CONSIDERANDO que os incentivos fiscais visam fortalecer e incrementar as atividades econômicas exercidas na cidade e o respectivo investimento para a instalação dessas atividades; DECRETA:

Art. 1º - As empresas interessadas nos benefícios da Lei nº 6.344, de 05 de dezembro de 2000, deverão formular requerimento à Secretaria do Desenvolvimento Econômico, em folhas timbradas, fazendo acompanhar os documentos de que trata o artigo 5º da citada Lei, conforme modelos a serem fornecidos por aquela Secretaria, além de outros dados informativos, quando solicitados.

Art. 2º - As empresas beneficiadas deverão apresentar à Secretaria de Finanças, sob protocolo, relatório bienal de suas atividades com demonstrativo do atendimento aos compromissos assumidos.

Art. 3º - Os benefícios concedidos serão mantidos enquanto perdurar as atividades das respectivas empresas, cessando-se imediatamente quando da paralisação das mesmas.

Art. 4º - O benefício previsto no artigo 2º, "a", da Lei nº 6.344, de 05 de dezembro de 2000, estende-se ao proprietário do imóvel onde encontra-se instalada a empresa beneficiária dos incentivos, enquanto perdurar as respectivas atividades.

Decreto nº 12.934, de 23/01/2001 - fls. 02.

Art. 5º - O benefício previsto no artigo 2º, "d", da Lei nº 6.344, de 05 de dezembro de 2000, estende-se ao prestador de serviço de construção civil que tenha realizado serviços dessa natureza à empresa beneficiária e emitido documentos fiscais diretamente à mesma.

§ 1º - A empresa beneficiária deverá manter livro de registro próprio, onde consignará:

- a) nome da empresa prestadora dos serviços de construção civil;
- b) número e cópia do documento fiscal emitido pela prestadora de serviços, fazendo constar neste o local da obra; e
- c) outros documentos, quando exigidos pelo Fisco Municipal.

§ 2º - Caberá à Secretaria de Finanças analisar e decidir pedidos de restituição de valores relacionados aos benefícios concedidos, sendo que a falta de atendimento aos termos do parágrafo anterior, acarretará o não conhecimento dos mesmos.

§ 3º - Os pedidos ainda não definitivamente decididos poderão ser analisados e decididos segundo a regra estabelecida no "caput" deste Artigo.

Art. 6º - O Fisco Municipal poderá requisitar a qualquer instante e a seu critério quaisquer documentações que julgar pertinentes às empresas beneficiárias.

Art. 7º - A Secretaria de Finanças e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico poderão expedir Atos Normativos objetivando disciplinar a aplicação da legislação.

Art. 8º - As despesas com a execução do presente Decreto, correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos nºs 11.595, de 4 de maio de 1999 e 11.913, de 01 de fevereiro de 2000.

Palácio dos Tropeiros, em 23 de janeiro de 2001, 347º da Fundação de Sorocaba.

RENATO FAUVEL AMARY
Prefeito Municipal